



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política Social e Serviço Social

Sub-Eixo: Educação

A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO HEGEMÔNICO

Mário Milcíades Martins Meira Neto¹

Resumo: A educação volta a sofrer um enquadramento autocrático-conservador de conotação regressiva do ponto de vista crítico e teórico-metodológico em seus diferentes níveis. Neste artigo pretendemos analisar a abordagem desqualificadora empreendida pelo governo Bolsonaro que deslegitima o potencial que tem a educação de construir conhecimento a partir da análise do real concreto.

Palavras-chave: educação, conservadorismo, hegemonia.

Abstract: Education again under go e san autocratic-conservative framework of regressive connotation from a critical and theoretical-methodological point of view at its different levels. In this ar tile weint end to analyze the disqualifying approach under taken by the Bolsonaro government, which de-legitimizes the potential of education to construct know ledge from the analysis of the concrete reality.

Keys-word: education, conservatism, hegemony.

O projeto de expansão e dominação capitalista – especificamente sua reprodução ampliada nos países periféricos – acontece pelo enquadramento de diversos vetores, sejam econômicos, sociais, políticos, culturais e ideológicos que aprofundaram velhos problemas estruturais das sociedades do terceiro mundo, resultando em um desastre para a massa do povo.

No caso concreto brasileiro, a partir da segunda metade dos anos 1960, o Estado autocrático burguês, (re)funcionaliza o sistema educacional – sobretudo nas universidades – para atender a duas prioridades da autocracia burguesa, quais sejam: a repressão às tendências democráticas e populares no plano político e, a viabilização econômica do seu projeto modernizador.

Era necessária a confluência e interação dos modelos educacional e econômico, a compatibilização funcional da política educacional a um padrão de desenvolvimento socioeconômico e político subalterno aos interesses das instâncias do poder, engajadas e articuladas para excluir da cena política os protagonistas comprometidos com projetos democráticos e populares.

Ese era o pano de fundo para um projeto maior: a elaboração da hegemonia burguesa via aparatos ideológicos e/ou abertamente repressivos do Estado através dos quais operou-se a doutrina de Segurança Nacional embasada na militância

¹ Estudante de Pós-Graduação, Residência Multiprofissional em Saúde da Criança da Paraíba, E-mail: m4neto@yahoo.com.br.

anticomunista e na criminalização do dissenso político. Por meio de dispositivos sinuosos ou mecanismos de coerção flagrante, costurou-se a história brasileira: a exclusão da massa do povo no direcionamento político da vida social. Ao enquadrar o sistema educacional, a autocracia burguesa, através dos aparatos de Estado, dá um passo fundamental na elaboração de sua hegemonia (direção): variando os métodos, porém mantendo nítido seu objetivo, compeliu à residualidade as vertentes críticas e nacional-populares que, vinculadas ao proletariado, representavam as tendências de transformação, construção de uma nova sociedade, de uma nova estrutura econômica, uma nova organização política, cultural e ideológica.

“Enquadrado, pela coerção, o movimento operário e sindical, é o movimento estudantil (especialmente na universidade, mas não só) que se alça ao primeiro plano da contestação ao regime. (...) assim, foi o potencial catalisador do movimento estudantil no seio do bloco antiditatorial, explicitado notadamente no curso de 1967 e 1968, que colocou, para o regime autocrático burguês, a questão educacional como prioritária” (NETTO, 2005; p. 57).

A agitação estudantil preocupa a coalizão no poder à medida em que se revela tendencialmente capaz de provocar desdobramentos sociopolíticos em oposição ao regime – inclusive ao assumir para si a luta proposta pelo movimento operário e sindical. Assim, foi o potencial catalisador do movimento estudantil no seio do bloco antiditatorial, que colocou, para o regime autocrático burguês, a questão educacional como prioritária.

Diante de razões políticas, a autocracia burguesa procede a uma inteira (re)funcionalização do sistema educacional objetivando os instrumentos e/ou os espaços de organização de estudantes e professores a partir das universidades, reprimindo os movimentos e lideranças “que ensaiavam e/ou realizavam alternativas tendentes a democratizar a política, o sistema e os processos educativos, vinculados às necessidades de base da massa da população” (NETTO, 2005; p.58).

O regime autocrático opera uma compatibilização funcional-operativa entre os modelos educacional e econômico, obedecendo ao modelo oferecido pelos assessores norte-americanos que comandaram a “reforma universitária”, permitindo que a “reação conservadora tomasse a liderança política da reforma, modernizando sem romper com as antigas tradições, sem ferir interesses conservadores. Ao mesmo tempo, controlando a inovação” (FERNANDES, 1979; p. 58).

Acerca dos traços mais evidentes da funcionalidade do sistema educacional nos diversos níveis, verifica-se um processo excludente próprio do modelo econômico da autocracia burguesa, expresso, no campo da educação, pela redução da oferta de vagas nas instituições públicas – o que propiciou ao Estado uma enorme economia de recursos. Ademais, privilegiou o grande capital ao direcionar o financiamento da educação para o setor privado.

Em outros, tem-se a introdução da lógica empresarial no ensino superior, tendo como efeito o que Freitag (1968) denominou como uma racionalização segmentar que derivou numa irracionalidade global. Ou seja, sua funcionalidade ao modelo econômico baseou-se numa perspectiva de contenção:

“As medidas racionalizadoras impostas como reforma universitária (departamentalização, regime de créditos, instituição do ciclo básico, fragmentação do grau acadêmico de graduação etc.) além de proporcionar a redução de recursos – afetando qualitativamente o sistema educacional – instauraram mecanismos de exclusão no interior do próprio sistema universitário” (CUNHA, 1985; p. 240)

Restringe-se o acesso, bem como reduz-se a aplicação de recursos públicos, canalizados, agora, para os investimentos em áreas mais prioritárias para os monopólios, transformando o ensino superior num setor rentável para os investimentos capitalistas na educação – a educação superior, sob a autocracia burguesa, transformou-se num “grande negócio”, com investimentos que se concentraram, sobretudo, nos cursos da área de “humanidades” pelo fato de demandarem pouco investimento de capital – fácil recrutamento de recursos humanos, instalações simples etc.

Significa dizer – e aqui se encontra o traço fundamental da política educacional do período de ditadura – que seu êxito está na neutralização e hipertrofia da resistência e crítica políticas produzidas sobretudo nos espaços das universidades públicas ligadas ao movimento das classes sociais por meio da repressão e gestão “modernizadora” fortemente influenciada pela lógica empresarial, distanciando a universidade da vida e do processo sociais. A universidade perde seu dinamismo crítico, ao passo em que se exaurem a pesquisa e o trabalho intelectual, resultando num esvaziamento das universidades com a supressão, perseguição e exílio de incidências expressivas das frentes intelectuais de resistência democrática.

“Destarte, os vários mecanismos que degradaram intelectualmente a universidade não afetaram o projeto autocrático burguês: antes, constituíram um de seus feitos – a universidade neutralizada, esvaziada, reprodutiva e asséptica era funcional a ele” (NETTO, 2005; p. 66).

Estas pontuações acerca do enquadramento da política educacional pela autocracia burguesa permite-nos compreender que a universidade foi utilizada como instrumento para se esvaziar o pensamento crítico, limitado á formalidade do ensino e da pesquisa meramente burocráticos que restringe o trabalho acadêmico aos limites da academia, não permitindo – ou, controlando – seu diálogo com a sociedade, visto que foi fragilizada naquelas áreas cujo objeto era a reflexão teórica do ser social.

Com o expurgo de docentes e pesquisadores vinculados às tendências democráticas e progressistas, abria-se espaço para uma intelectualidade moldada por meios coativos que exercitou uma “contestação abstrata” do regime autocrático burguês – uma contestação minimamente tolerável.

“Propiciou-se a (longe de ser hegemônica) de um discurso teórico formalmente de esquerda, que só pagava um preço para sobreviver: não conjugar a reflexão (‘teoria’, ‘ciência’) com a intervenção prático-social dela decorrente (‘ideologia’, ‘política’) (NETTO, 2005; p. 67).

A educação é instrumento fundamental para a elaboração de um projeto de classe que pretenda ser hegemônico. Gramsci tinha absoluta clareza disto, tanto que considerava que a tarefa mais urgente das classes subalternas e do movimento socialista tinha natureza cultural e educacional – visto ser necessário libertar-se da dependência dos intelectuais burgueses para que se abrisse espaço de desenvolvimento e disseminação de uma cultura própria das massas.

Firme opositor do positivismo, Gramsci via nessa corrente o reforço de uma visão de mundo fadado ao fatalismo do qual decorria “uma atitude passiva que impedia as classes subalternas de abraçarem a noção de que podiam ser agentes da transformação histórica” (BUTTIGIEG, 2003; p. 43). Educação e cultura se entrelaçam para tornar independentes as classes oprimidas pelas minorias dominantes, depois que se atinge um nível mais alto de conhecimento, uma consciência superior;

“O que significa que toda revolução foi precedida por um intenso e continuado trabalho de crítica, de penetração cultural, de impregnação de ideias em agregados de homens que eram inicialmente refratários e que só pensavam em resolver seus próprios problemas econômicos e políticos, sem vínculos de solidariedade com os que se encontravam na mesma situação” (GRAMSCI, 2004; pp.58-59).

“Trabalho de crítica”, “penetração cultural” e “impregnação de ideias” são elementos que expressam a concepção gramsciana de educação. E esta era uma concepção ativa (ou ativista), contrária à ideia de uma educação que é receptora passiva, mas que tem o poder de transformar as ideias, “capaz de produzir a mudança radical nas estruturas da sociedade e construir uma nova ordem através da elaboração e da disseminação de uma nova filosofia, uma visão alternativa do mundo” (BUTTIGIEG, 2003; p. 45).

A conquista de uma consciência superior, a compreensão por parte das classes subalternas de seu valor histórico, não podem ocorrer por evolução espontânea, por ações independentes. Mas, pela cultura – e, por assim dizer, pela educação – que para Gramsci estão na base da “organização, da disciplina do próprio eu interior”.

Significa dizer que educação, na concepção gramsciana, é a base de uma nova revolução expressa na crítica à sociabilidade capitalista, através de um trabalho intelectual e cultural capaz de originar “uma consciência unitária do proletariado”, de uma consciência histórica da realidade e de uma ação política voltada para a elaboração da hegemonia.

“Gramsci percebia que os destinos da história e da política seriam decididos cada vez mais pela participação ativa das massas e pela criatividade dos diversos grupos organizados na sociedade civil. Assim, entende-se porque, juntamente com o desenvolvimento de uma concepção crítica e histórica da realidade, insiste muito nos elementos que favorecem a formação de uma personalidade própria dos trabalhadores, na liberdade na capacidade de iniciativa, na função da cultura e no processo de subjetivação das camadas subalternas” (SEMERARO, 2006; p. 93).

Contudo, o enquadramento e controle sobre a educação que o grande capital exerce é um dos principais fatores de subordinação do pensamento e da ação consciente das classes subalternas, o que dificulta a elaboração de sua própria identidade. Isso permite que sua inserção na estrutura social seja subordinada. A construção de sua hegemonia é imensamente obstaculizada.

As classes sociais subalternas reproduzem uma concepção de mundo imposta pela classe dominante cuja ideologia chega às classes dominadas por vários canais – a educação, por exemplo – através dos quais a classe dominante constrói sua capacidade dirigente e a apresenta para a consciência de toda a coletividade como um fenômeno que lhe confere hegemonia.

“Gramsci dedica sua atenção a esse canal. Indica, na divisão entre escola profissional e escola ginásial-colegial, a fratura típica, de classe, da escola italiana: a escola profissional para os que vão trabalhar em posições subalternas e o ginásio-colégio para os quadros dirigentes da sociedade. Disso resulta a sua proposta de uma escola média unificada, de caráter formativo geral” (GRUPPI, 1978; p.68).

Gramsci não desconsidera o elemento de espontaneidade presente nas ações e lutas, nas reivindicações das classes subalternas. Ao contrário, via neles a oportunidade de se guiar as massas até uma consciência crítica. Entretanto, não se tratava de esperar o evoluir natural e mecânico deste processo.

“Trata-se, portanto, de elaborar uma concepção nova, que parta do senso comum, não para se manter presa ao senso comum, mas para criticá-lo, depurá-lo, unifica-lo e elevá-lo àquilo que Gramsci chama de bom senso, que é para ele a visão crítica do mundo. Deve-se observar que, quando se fala da concepção cultural mais elevada como ‘bom senso’, é que se tem uma visão não aristocrática da cultura. É que se está orientado por uma profunda preocupação com o vínculo entre a cultura e as grandes massas (e o modo de sentir dessas massas)” (GRUPPI, 1978; p. 69).

Para Gramsci somente a filosofia da práxis – o marxismo – permitiria às massas subalternas superar seus pontos de vista acríticos, possibilitando, assim, uma ação que conjugasse teoria e prática, política e filosofia, sem o que essas classes permanecerão sempre subalternas.

A educação, como forma de expressão daquela filosofia, deve ser instrumento que liberte as pessoas simples da asséptica filosofia do senso comum, conduzindo-as a uma concepção superior das estruturas tradicionais que dominam as relações na sociedade capitalista.

Daí a necessidade dessas classes constituírem seus intelectuais ser atual e imprescindível para realizar a ruptura constituidora de sua identidade/projeto. Deve-se construir um aparato teórico-prático que possibilite a identidade e o projeto das classes subalternas de modo que suplantem o horizonte-limite da prática política sem o referencial revolucionário e consciente que se pode adquirir pela via da educação.

Em um país que se desenvolveu estrutural e historicamente fundamentado na desigualdade sócio-política, a educação está na ordem do dia, visto ser um instrumento social e político necessário para que se avance nas relações democráticas evitando retrocessos dos direitos conquistados pelos movimentos sociais que se levantaram para contestar a autocracia burguesa.

Constitucionalmente, a educação é um direito social que, assim como a saúde, o trabalho, a previdência social entre outros, é o resultado da luta da classe trabalhadora. Um direito que hoje se encontra, novamente, na beira de um precipício dada a conjuntura sociocultural na qual a ignorância, o anti-intelectualismo e o retrocesso são valores em voga no campo educacional.

REFERÊNCIAS

BUTTIGIEG, Joseph A. **Educação e hegemonia**. In: Carlos Nelson Coutinho, Andrea Teixeira (orgs.), *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2003;

CAMPIONE, Daniel. **Hegemonia e contra-hegemonia na América Latina**: In: Carlos Nelson Coutinho, Andrea Teixeira (orgs.), *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2003;

DIAS, Edmundo Fernandes. **Política brasileira: Embate de projetos hegemônicos**. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2006;

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos, vol. 1**. Organização e tradução Carlos Nelson Coutinho – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004;

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**; tradução de Carlos Nelson Coutinho. – Rio de Janeiro, Edições Graal, 1978;

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 8. Ed. – São Paulo: Cortez, 2005;

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. – Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.